



**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO**

**REQUERIMENTO Nº      ,de 2018**

**(Dos Senhores João Daniel e Margarida Salomão)**

**Requer a realização de audiência pública para debater com as entidades dos movimentos sociais a atuação do Governo Federal na condução dos programas habitacionais, urbanos e rurais.**

**Senhor Presidenta,**

Com base nos artigos 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência a realização de audiência pública para debater, com as entidades sociais que atuam no setor, **a situação atual e os desafios do Programa Minha Casa Minha Vida (nas modalidades urbana, rural e entidades) e a atuação do Ministério das Cidades na sua condução.**

**Para a participação nos debates solicitamos o convite às seguintes entidades:**

Fórum Nacional de Reforma Urbana – **FNRU**

União Nacional por Moradia Popular – **UNPM**

Central dos Movimentos Populares – **CMP**

Confederação das Associações de Moradores – **CONAM**

Movimento Nacional de Luta por Moradia – **MNLM**

Movimento dos Trabalhadores sem Teto – **MTST**

Movimento dos Trabalhadores sem Terra – **MST**

Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos - **MOTU**



## **JUSTIFICAÇÃO**

O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), criado em 2009, é o maior programa habitacional do país dos últimos 30 anos, concebido sobre dois pilares essenciais, quais sejam, a superação do déficit habitacional brasileiro e a dinamização a construção civil brasileira no contexto da crise econômica internacional iniciada em 2008.

Importante lembrar que, de acordo com a CAIXA, o total de unidades contratadas até o final de 2016 alcançou a expressiva marca de 4,5 milhões, com investimento da ordem de mais de R\$ 290 bilhões. Trata-se de feito inédito em nosso país, que pela primeira vez adotou uma política habitacional calcada em fortes subsídios como mecanismo básico para alçar à condição de demanda real os que estiveram historicamente alijados do mercado imobiliário. Contudo, após a retirada da Presidenta Dilma, o Governo Temer, no âmbito da Emenda Constitucional Nº 95, reduziu todos os programas sociais, atingindo de forma significativa o PMCMV.

Dessa forma, é importante que, os trabalhos desta Comissão, neste início de Sessão Legislativa, discutam com os movimentos sociais que atuam na área os encaminhamentos a serem dados nesta Câmara. Importantes subsídios certamente deverão ser ofertados à atuação política de todos os membros desta CDU. Eis por que esperamos o respaldo dos demais colegas à proposta aqui apresentada.

Sala da Comissão, em        de abril de 2018.

**João Daniel - Deputado Federal – PT/SE**

**Margarida Salomão- Deputada Federal – PT/MG**